

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) JULGADOR(A) DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO  
AMBIENTE – CODEMA – MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO –  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**REF. AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 000103**

**GIMENEZ MARTIM EMPREENDIMENTOS  
IMOBILIÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na  
Avenida Rui Barbosa, nº 831, sala 03, bairro São Francisco, CEP: 38742-  
016, Patrocínio/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.603.851/0001-21, vem à  
presença de Vossa Senhoria apresentar

### **RECURSO ADMINISTRATIVO,**

com pedido de anulação do Auto de Infração n.º  
000103, nos termos da legislação vigente, pelas razões de fato e de direito a  
seguir aduzidas:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:**

Considerando que o prazo para a apresentação da defesa  
administrativa é de 30 dias contados da ciência da decisão relativa a defesa  
administrativa apresentada pela Recorrente, nos termos do artigo 43 do  
decreto nº 3.372/2017, a data limite para a interposição do presente recurso  
se dará em 03 de agosto de 2018, estando devidamente tempestivo o recurso  
administrativo ora apresentada.



## **II – DO AUTO DE INFRAÇÃO:**

A Recorrente é uma tradicional empresa atuante na área de loteamentos e incorporação de imóveis há vários anos, com reputação e conduta ilibada perante seus clientes, agentes e órgãos públicos.

A Recorrente foi autuada a pagar uma multa no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) à Prefeitura Municipal de Município, sob o seguinte fundamento: “*Realizar queimada em lote urbano*”.

A referida autuação imputa a Recorrente o descumprimento do comando prescrito no art. 1º Lei nº 4.905 de 02 de junho de 2017, que possui a seguinte redação:

**Artigo 1º** - Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.

Conforme se demonstrará abaixo a autuação combatida não merece prosperar.

## **III – DA DECISÃO PROFERIDA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

A decisão ora recorrida se ateve em afirmar que a lei 4.905 de 02 de junho de 2017 está devidamente regulamentada pelo decreto nº 3.479 de 04 de abril de 2018 e que a responsabilidade do proprietário do imóvel é objetiva, ou seja, independente da prova de culpa, conforme determina o artigo 14, parágrafo 1º da lei nº 6.938/81.



Todavia, tal decisão está completamente equivocada, posto que o decreto que regulamentou a referida lei foi publicado posteriormente à aplicação da multa que se pretende anular e a responsabilidade ainda que seja objetiva, depende da prova de que a Recorrente tenha realizado o fato que ensejou a queimada ou pelo menos concorrido para tanto.

Neste sentido, demonstrar-se-á abaixo a fragilidade da aludida autuação e a necessidade de sua anulação.

#### **IV – DA IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO:**

##### **IV.A – DAS PRELIMINARES:**

A Recorrente foi autuada por supostamente ter realizado queimadas em lotes urbanos sem autorização para tanto, infringindo assim o artigo 1º da lei nº 4.905 de 02 de junho de 2017.

A referida lei, prevê em seu artigo 3º, que a forma de fiscalização, aplicação e cobrança das multas será definida por decreto do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias contados da entrada em vigor da referida lei. Veja-se:

**Art. 3º - A forma de fiscalização, de aplicação e cobrança da multa será definida por decreto do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrada em vigor desta lei.**

Ocorre que o aludido decreto do Poder Executivo foi publicado somente em 10 de abril de 2018, ou seja, aproximadamente 10



meses após a publicação da Lei nº 4.905 de 02 de junho de 2017, e 18 (dezoito) dias após a lavratura do auto de infração que se pretende anular.

A ausência de edição do decreto do Poder Executivo impede a eficácia da norma instituída pelo Poder Legislativo. Neste sentido, a lei nº 4.905 de 02 de junho de 2017, por ausência de regulamentação na data em que se lavrou a referida autuação, não pode ser aplicada, motivo pelo qual o presente auto de infração se torna nulo.

Considerando que a lei nº 4.905 de 02 de junho de 2017 entrou em vigor na data de sua publicação, tem-se que até 1º de agosto de 2017 o decreto regulamentador da referida lei deveria ter sido publicado, o que não ocorreu, impedindo assim a eficácia da mesma.

E que não se alegue que o decreto nº 3.469 de 10 de abril de 2018 possui efeitos retroativos, porque tal disposição em decreto não possui validade.

Os decretos são publicados como forma de regulamentar uma lei, não podendo inovar, sendo que a sua aplicação com efeitos retroativos impede a execução da lei no período em que o respectivo decreto não possuía vigência.

A retroatividade não pode ser admitida para os atos que restringem o exercício de faculdades ou de direitos, ou que sacrificam direitos adquiridos, ou impõem deveres e obrigações. Estabelecer a retroatividade para atos passado torna os referidos atos ilícitos.

Os atos administrativos não podem retroagir para criar obrigações, sendo que tal retroatividade somente é permitida quando o ato administrativo envolver relações bilaterais já existentes, em regra os atos de natureza declaratória, que somente tem o condão de afirmar uma situação pré existente e não criar novas obrigações/





Dessa forma, requer a nulidade do presente auto de infração por ausência de regulamentação da lei nº 4.905/2017, no momento da lavratura do auto de infração, o que impede por consequência a sua eficácia.

#### **IV.B – DO MÉRITO:**

Conforme mencionado no tópico anterior, a Recorrente foi atuada por supostamente ter realizado queimada em lotes urbanos no município de Patrocínio – MG.

Todavia, tal afirmação não é verdade, visto que a Recorrente nunca realizou queimada em lotes urbanos no município, pelo contrário, sempre foi zelosa em cuidar de seus lotes para evitar que os mesmos estivessem propensos a situações de queimadas.

Ocorre, que não há nos autos nenhuma prova de que o proprietário do lote queimado infringiu a lei, ou seja, realizou a queimada do mesmo, e o pior, o proprietário nunca poderia ter realizado a infração que lhe é imputada, pois o ato de queimar um lote urbano depende de uma ação humana, que não pode ser realizado por uma pessoa jurídica como a Recorrente.

Perceba Preclaro Julgador que o presente auto de infração é deveras absurdo!

O artigo 2º da lei nº 4.905/2017 imputa a penalidade prevista no artigo 1º ao infrator da lei, que não necessariamente é o proprietário do lote que foi queimado, motivo pelo qual a fiscalização não pode criar a presunção de que todos os lotes onde ocorreram queimadas dentro do município de Patrocínio tiveram como infratores os seus proprietários:



**Art. 2º - Os infratores incorrerão em multa no valor de 2,5 UFM aplicada pela Prefeitura Municipal, dobrando este valor no caso de reincidência, independente de outras previstas na legislação estadual e/ou federal.**

Por sua vez o artigo 14, parágrafo 1º da lei nº 6.938/81 diz que o infrator é o poluidor, ou seja, a pessoa que cometeu o ato infracional contra o meio ambiente.

*Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:*

(...)

*§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.*

Por poluidor entende-se, “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”, conforme preleciona o inciso IV, do artigo 3º da lei nº 6.938/81.



Veja que a legislação é clara, o infrator, que não necessariamente é o proprietário, é quem deverá arcar com a multa por efetuar queimada em lotes urbanos, e para que tal penalidade seja aplicada, deve ser provado um ato do poluidor, ou seja, uma atividade causada por uma pessoa e que teve como resultado final um dano ao meio ambiente.

Como já dito, a Recorrente não realizou nenhuma queimada e não há nos autos nenhuma prova de que a mesma tenha realizado tal fato, motivo pelo qual o presente auto de infração deve ser anulado.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o julgado abaixo com *status* de recurso repetitivo, demonstra que ainda que a responsabilidade do causador do dano ambiental seja objetiva, para que se impute a penalidade à uma pessoa, é necessário evidenciar a existência de nexo de causalidade apto a vincular o resultado lesivo efetivamente verificado ao comportamento (comissivo ou omissivo) daquele a quem se repute a condição de agente causador. Veja-se:

**RECURSO REPETITIVO**

Pesquisa de Temas Repetitivos: Tema 957

Pesquisa de Repetitivos por Assunto

**Processo**

REsp 1602106 / PR  
RECURSO ESPECIAL  
2016/0137679-4

**Relator(a)**

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (1147)

**Órgão Julgador**

S2 - SEGUNDA SEÇÃO

**Data do Julgamento**

25/10/2017

**Data da Publicação/Fonte**

DJe 22/11/2017





## **Ementa**

RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. ACIDENTE AMBIENTAL. EXPLOÇÃO DO NAVIO VICUÑA. PORTO DE PARANAGUÁ. PESCADORES PROFISSIONAIS. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA. EMPRESAS ADQUIRENTES DA CARGA TRANSPORTADA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. NEXO DE CAUSALIDADE NÃO CONFIGURADO.

1. Ação indenizatória ajuizada por pescadora em desfavor apenas das empresas adquirentes (destinatárias) da carga que era transportada pelo navio tanque Vicuña no momento de sua explosão, em 15/11/2004, no Porto de Paranaguá. Pretensão da autora de se ver compensada por danos morais decorrentes da proibição temporária da pesca (2 meses) determinada em virtude da contaminação ambiental provocada pelo acidente.

2. Acórdão recorrido que concluiu pela procedência do pedido ao fundamento de se tratar de hipótese de responsabilidade objetiva, com aplicação da teoria do risco integral, na qual o simples risco da atividade desenvolvida pelas demandadas configuraria o nexo de causalidade ensejador do dever de indenizar. Indenização fixada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**3. Consoante a jurisprudência pacífica desta Corte, sedimentada inclusive no julgamento de recursos submetidos à sistemática dos processos representativos de controvérsia (arts. 543-C do CPC/1973 e 1.036 e 1.037 do CPC/2015), "a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato" (REsp nº 1.374.284/MG).**

**4. Em que pese a responsabilidade por dano ambiental seja objetiva (e lastreada pela teoria do risco integral), faz-se imprescindível, para a configuração do dever de indenizar, a demonstração da existência de nexo de causalidade apto a vincular o resultado lesivo efetivamente verificado ao comportamento (comissivo ou omissivo) daquele a quem se repete a condição de agente causador.**

5. No caso, inexistente nexo de causalidade entre os danos ambientais (e morais a eles correlatos) resultantes da explosão do navio Vicuña e a conduta das empresas adquirentes da carga transportada pela referida embarcação.



6. Não sendo as adquirentes da carga responsáveis diretas pelo acidente ocorrido, só haveria falar em sua responsabilização - na condição de poluidora indireta - acaso fosse demonstrado: (i) o comportamento omissivo de sua parte; (ii) que o risco de explosão na realização do transporte marítimo de produtos químicos adquiridos fosse ínsito às atividades por elas desempenhadas ou (iii) que estava ao encargo delas, e não da empresa vendedora, a contratação do transporte da carga que lhes seria destinada.

7. Para os fins do art. 1.040 do CPC/2015, fixa-se a seguinte TESE: As empresas adquirentes da carga transportada pelo navio Vicunã no momento de sua explosão, no Porto de Paranaguá/PR, em 15/11/2004, não respondem pela reparação dos danos alegadamente suportados por pescadores da região atingida, haja vista a ausência de nexo causal a ligar tais prejuízos (decorrentes da proibição temporária da pesca) à conduta por elas perpetrada (mera aquisição pretérita do metanol transportado).

8. Recursos especiais providos.

Em que pese a decisão recorrida afirmar que a responsabilidade do poluidor é objetiva e independe de culpa, a jurisprudência do STJ ao interpretar a lei nº 6.938/81 afirma que a responsabilidade no caso de dano ambiental é sim objetiva, todavia deve ser provado o nexo causal entre o resultado lesivo e a pessoal a qual se pretende imputar a penalidade pelo dano.

Não pode a lei simplesmente criar uma presunção de que o proprietário do lote é o causador do dano!

Ressalta-se que não há na lei nº 4.905/2017, nem tampouco na lei nº 6.938/81, nenhuma hipótese de presunção de culpa, motivo pelo qual a infração apontada deve ser acompanhada da prova de quem de fato realizou o delito.

Dessa forma, requer o cancelamento do auto de infração combatido, uma vez que não foi a Recorrente a infratora da queimada realizada no lote em epígrafe.



## V – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO:

*Ex positis*, demonstrada a insubsistência e improcedência do auto de infração, requer-se:

- a) A nulidade do presente auto de infração, uma vez que não existia decreto da regulamentar a lei nº 4.905 de 02 de junho de 2017, no momento da lavratura do auto de infração, motivo pelo qual a mesma se torna ineficaz,
- b) Caso não seja provido o item anterior, que seja o presente auto de infração cancelado por ausência de provas de que foi a Recorrente que realizou a queimada nos lotes urbanos;

Provar-se-á o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Nestes termos, espera deferimento.

Patrocínio - MG, 19 de julho de 2018.



**GIMENEZ MARTIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**